

AS FORMAÇÕES DAS REDES DE ENTRONCAMENTOS FAMILIARES MARANHENSES NO SÉCULO XVIII

THE DEVELOPMENT OF FAMILY NETWORKS IN MARANHÃO IN THE EIGHTEENTH CENTURY

Sttefyson Marques Pinto¹
Washington Tourinho Junior²
Amanda Gomes Pereira³

RESUMO: Este trabalho visa explorar os fatores e processos que contribuíram para a formação das famílias abastadas no Maranhão do século XVIII. A partir de revisões bibliográficas em livros, teses e artigos que abordam temas como o Maranhão setecentista, relações familiares, poder, contratos oligárquicos e redes de entroncamentos familiares, contribuiu para delinear um panorama sobre a evolução da estrutura familiar ao longo do século XVIII. A partir deste século, a esfera familiar se modifica e passa a representar algo mais complexo e corporativo, para além de relações afetivas. Essa modificação do cenário familiar ajuda a construir uma nova elite, nascida do comércio agroexportador, como também inicia as extensas redes de entroncamentos familiares. As famílias passam a ser o centro do poder econômico, político e social na colônia brasileira, em especial, na Capitania do Maranhão. Essa centralização do poder econômico, político e social nas mãos dessas famílias diretamente para o cenário político turbulento do século XIX.

Palavras-chaves: Capitania. Maranhão. Redes familiares. Século XVIII.

ABSTRACT: This work aims to explore the factors and processes that contributed to the formation of wealthy families in Maranhão in the 18th century. From bibliographic reviews in books, theses and articles that address topics such as the seventeenth century Maranhão, family relations, power, oligarchical contracts and networks of family connections, contributed to outline a panorama on the evolution of family structure throughout the eighteenth century. From this century, the family sphere is modified and becomes more complex and corporate, beyond affective relations. This modification of the family scenario helps to build a new elite, born from the agro-export trade, as well as starts the extensive networks of family intersections. Families become the center of economic, political and social power in the Brazilian colony, especially in the Maranhão Captaincy. This centralization of economic, political and social power in the hands of these families directly to the turbulent political scenario of the nineteenth century.

Keywords: Captaincy. Maranhão. Family networks. 18th century.

¹Licenciado em Ciências Humanas/ Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCSB),

²Professor associado do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia do Centro de Ciências de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), docente permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História/UFMA. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão, Mestrado em Educação pela UFMA e Doutorado em História Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Coordena o grupo de estudos, intelectualidade, cultura e decolonialidade.

³ Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF. Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora Adjunta de Sociologia no Curso de Ciências Humanas, Centro de Ciências de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão/UFMA. Docente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia UFMA (Mestrado Acadêmico) - Imperatriz. Coordenadora do Curso de Especialização em Cidadania, Inclusão e Diversidade UFMA/ CCSB. Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Educação Chita/ Gitã.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os fatores e processos contribuintes nas formações das famílias abastadas no Maranhão do século XVIII. A partir das revisões de literaturas, em livros, teses e artigos, que versam sobre temas como Maranhão setecentista, relações familiares, relações de poder, contratos oligárquicos, redes de entroncamentos familiares, entre outros, também autores(a) como Matthias Rhrig Assunção, Raíssa Gabrielle Vieira Cirino, Edyene Moraes dos Santos Lima, Antônia da Silva Mota, Francisco C. Weffort, entre outros, foi possível construir um panorama em torno dos desenvolvimentos da estrutura familiar ao longo do século XVIII.

A sociedade brasileira invadida e colonizada pelos europeus, conseqüentemente herdou seus costumes, hábitos, culturas, tradições e contradições, mas também a vontade e necessidade de se modernizar social, político e economicamente. Com as reformas pombalinas no século XVIII, a Colônia do Brasil passa por uma série de mudanças no contexto econômico, como tentativa salvar a sua Metrópole portuguesa. No entanto, as reformas possibilitaram também a modernização do Estado brasileiro e novas dinâmicas políticas, economias e sociais, que possibilitou a entrada de “novos” indivíduos no território brasileiro.

As reformas pombalinas e a tentativa de modernização econômica agroexportadora, foram algumas das principais causas que atraíram indivíduos portugueses e “estrangeiros” para Colônia do Brasil, em especial para o Norte da colônia, onde estava localizado o território do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Muitos dos portugueses e “estrangeiros” se estabeleceram no Maranhão devido a fertilidade do solo para o sistema de *plantation*⁴. Esses indivíduos procuravam se vincular portugueses funcionários, ex-funcionários da Coroa ou famílias abastadas que poderiam lhe oferecer algum tipo de vantagem econômica, política e social. Esse processo deu início a formação de extensas redes de entroncamentos familiares que tinham como intuito o acúmulo de riquezas e poderes.

Os impactos proporcionados desde as reformas não se limitou somente ao contexto econômico, mas alterou e acelerou toda a estrutura social e populacional da Capitania do

⁴ Segundo Matthias Röhrig Assunção (2015), a economia de *plantation* foi durante a Colônia e o Império, o sistema de produção predominante, baseado na produção agrícola em larga escala, sustentada especialmente por mão de obra escravocrata.

Maranhão⁵, como também ajudou a construir uma complexa cultura econômica, social e política centrada nas grandes famílias abastadas maranhense, que perdurou por muito tempo – se não até os dias atuais.

1. A oportunidade aos “estrangeiros”

A colonização europeia enraizou no Brasil fortes traços de sua cultura, organização social e tradições religiosas. Moldando uma sociedade com o poder social, econômico, cultural e político, centrado em uma pequena, se não, micro parcela de europeu brancos e seus descendentes escravagista, ambicionados por poder e riquezas (Weffort, 2011). Esse violento processo de colonização, não teve somente a presença de portugueses, mas também a participação de “estrangeiros”, como ingleses, franceses e holandeses que residiam ou praticavam o comércio em Lisboa (Weffort, 2011). A presença desses indivíduos vindos do continente europeu para a Colônia Brasileira, em especial para o Norte da colônia, resultou na formação e criação de uma identidade social e cultural brasileira, centrada em grandes famílias abastadas e privilegiadas.

O processo de colonização da América Portuguesa se consolidou em uma intensa via de contradições, levando a formação e perpetuação, por um longo período, até a contemporaneidade, de um sistema de hábitos políticos e sociais carregados de questões ambíguas, confusões, disputas por poder e prestígios que atendessem os interesses individuais e privado de pessoas ou de grupos políticos ligados as grandes famílias abastadas. Segundo os autores Matthias Röhrig Assunção (2015) e Francisco C. Weffort (2011), o sistema político e social da Colônia, era comandado por uma pequena e selecionada parcelar de indivíduos ditos “homens bons”, “desbravadores”, e, posteriormente, já no âmbito Imperial, os caracterizados como os verdadeiros “cidadãos” do Brasil.

Weffort (2011) apresenta que o apego às tradições conservadoras proporcionou um processo de formação lenta que causou um enorme atraso político, econômico e social, com efeitos na consolidação da recente sociedade brasileira. A formação de hábitos tradicionais viciosos, gerados pelos colonos da América portuguesa, resultou nas áreas políticas, econômicas e sociais, no âmbito local e regional, em práticas sociais extremamente conservadoras, seja por

⁵ No começo do século XIX a maior parte da população era composto por pessoas de “cor”. Todavia, a sociedade era dominada somente por uma pequena parcela branca e europeia ou descendente de europeus.

procedências religiosas ou monárquicas, influenciadas por uma pequena classe de privilegiados pela Coroa lusitana.

Desde o início do século XVII, “a soberania da Coroa portuguesa achava-se enfraquecida sobre seu território na Europa e, mais ainda, sobre seu território na América” (Weffort, 2011, p. 60). As questões políticas e geográficas dificultavam o controle que a Metrópole tinha sobre a Colônia brasileira. Segundo Weffort (2011, p. 60):

Nesse sentido, é certo que o Brasil construiu-se em resposta às iniciativas da Coroa portuguesa. Mas quando esta perdeu força, a colônia cresceu por seu próprio dinamismo, terminando por revelar-se fundamental na consolidação do Estado português.

Em meados do século XVIII, na tentativa de reconstruir e modernizar a nação lusa que vinha sofrendo por diversas instabilidades e adversidades, o marquês de Pombal⁶ deu início a uma série de reformas, resultando em novas estratégias econômicas além da produção de açúcar e mineração de ouro e pedras preciosas – que já havia na Colônia brasileira. O marquês implantou, ainda, medidas alterando assim a economia e, por consequência, instaurando novas estruturas sociais no território da Colônia, em especial na região do Norte, onde ficava localizado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, introduzindo elementos que subsidiassem uma economia apoiada na agroexportação (Mota, 2007; Cirino, 2021). Um mercado que subsidiava somente o comércio interno, passou a obter um contexto no além-mar, com o comércio transatlântico. As reformas econômicas possibilitaram a entrada de novos “estrangeiros” na Colônia brasileira, como também a centralização de poder em suas mãos e o surgimento de uma nova “nobreza nascida do grande comércio e das finanças, aberta a idéias modernas” (Weffort, 2011, p. 143). O surgimento de uma classe da elite gerada a partir de acordos e contratos comerciais e familiares, que tinham acesso aos privilégios fornecido pelo Estado e pelas companhias de comércio.

O período das reformas pombalinas, foi primordial para o avanço de Portugal e especialmente da Colônia do Brasil, trazendo desenvolvimento e modernização para ambas as

⁶ Sebastião José de Carvalho e Melo, foi secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino de Portugal, conde de Oeiras e posteriormente marquês de Pombal. Sebastião José aproveitou as adversidades que Portugal enfrentava, especificamente Lisboa, para construir uma postura firme frente aos problemas emergentes. Com isso conseguiu visibilidade política, na qual lhe abriu caminhos ao poder como secretário da Corte. O marquês foi essencial tanto para a modernização de Portugal quanto da Colônia brasileira, “despertou a sociedade portuguesa adormecida na atmosfera decadente que sucedera aos descobrimentos e a um Renascimento e um humanismo reconhecidamente frágeis” (Weffort, 2011, p. 128). Sebastião aproximou-se dos ideais iluministas, tentando construir um Estado moderno português com ideias inovadoras, sem alterar muito as tradições, visto o apego da sociedade brasileira muito atrelada à sociedade portuguesa.

sociedades extremamente conservadora nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. O marquês reconhecia a importância da Colônia Brasileira para a construção do Estado de Portugal. O investimento no território da América Latina, colonizado pelos portugueses, serviu como uma abertura para que novos “estrangeiros”⁷, que se voluntariavam a prestar serviços para a Corte portuguesa, entrassem no contexto econômico, social e político, especialmente na região Norte da Colônia, onde localizava-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

2. Impacto das Reformas Pombalinas no Norte da Colônia

A Capitania do Maranhão é estabelecida por meio da carta régia de 13 de junho de 1621, não havendo ouro ou pedras preciosas em sua região, seu território foi designado para o cultivo de animais como gado, produção de açúcar e extrativismo, para subsidiar somente o mercado interno da colônia (Mota, 2007). Até meados do século XVIII, o Maranhão junto com outras Capitanias da região Norte, não apresentava uma vasta notoriedade ou peso no quadro econômico da Colônia (Assunção, 2015). Entretanto, “a fertilidade natural dos solos; a abundância d’água, seja de chuva, ou a proximidade do mar, dos lagos, rios e riachos; e a existência de florestas, ‘boas’ ou ‘menos boas’ [...]”, assim como Assunção destacou (2015, p. 29). Nesse contexto, ganham enfoque com as sucessivas reformas realizadas no período pombalino, principalmente com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 – inserindo de forma maciça a exportação agrícola. Assim, a Capitania maranhense transforma-se, nas três últimas décadas do mesmo século, em uma potência econômica de *plantation* agroexportadora de algodão e cana-de-açúcar. Para Cirino (2021, p.56).

5

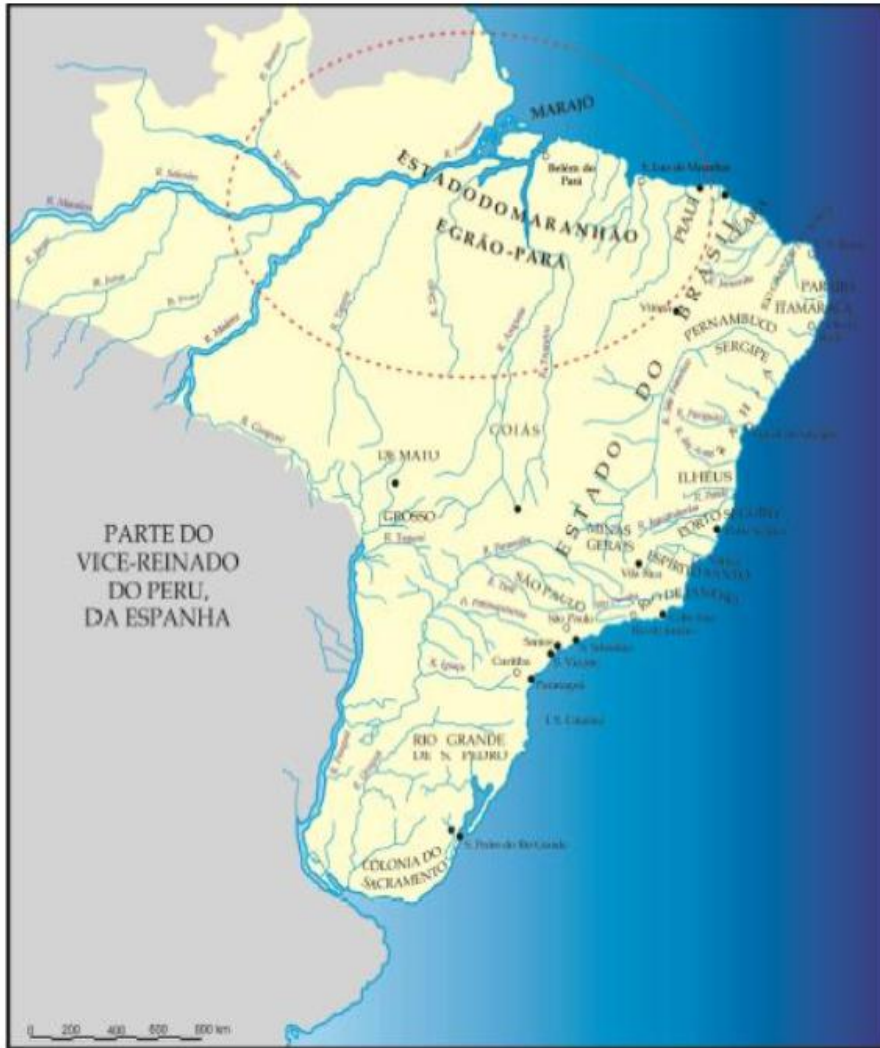
[...] este empreendimento conseguiu reorientar uma economia que até então se baseava em rotas do Atlântico Norte e do mercado interno para uma agroexportação sistemática de produtos que já evidenciavam sua força comercial na região: arroz, algodão e, em menor escala, couro seco e atinado.

O novo contexto agroexportador proporcionou mudanças tanto para o setor econômico da Capitania do Maranhão, como também para o setor populacional, político, cultural e social. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão disponibilizava empréstimos, financiamentos de ferramentas, terras e o fácil acesso a mão-de-obra escrava, assim como vantagem de reembolso a longo prazo, demorando um ou até cinco anos para o acesso ao retorno do empréstimo (Mota, 2007). O quadro econômico agroexportador atraiu tanto os próprios

⁷ Segundo Mota (2007, p. 17), “entre os que chegaram atraídos pelas oportunidades oferecidas pela nova fronteira agrícola estavam alguns europeus naturalizados portugueses”.

portugueses da Colônia, quanto os da Metrópole, além de “estrangeiros” de outros países, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com o intuito de se tornarem proprietários de terras.

Mapa 01: Mapa da região do Estado do Grão-Pará e Maranhão



Fonte: BOXER,⁸ 2002 *apud* CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Pela boa ordem da província e pela glória do Império—famílias, estratégias e suas tramas na administração Imperial do Maranhão (c. 1750 – c. 1840). 2019.

A febre agroexportadora na Capitania do Maranhão, proporcionada na segunda metade do século XVIII, mobilizou a aceleração populacional, assim como estabeleceu novas fronteiras territoriais. A reivindicação de terras esteve direcionada somente para o interior/sertão do território maranhense. Segundo Assunção (2015), os produtores rurais tendiam a preferir as terras em locais próximos a águas correntes, beira dos rios, tanto para ajudar na produção de

⁸ BOXER, R. Charles. O império Ultramarino português (1415-1825). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

suas lavouras, como para facilitar o transporte de mercadorias. Deste modo, grande parte das lavouras concentrou-se perto de rios como o Itapecuru, Parnaíba, Mearim, Pindaré, Grajaú, entre outros, sendo essas regiões com terras propícias ao cultivo de algodão, arroz e cana-de-açúcar.

O processo de migração de portugueses, “estrangeiros” e escravos para o Norte da colônia brasileira, resultou em uma frenética mudança populacional⁹, que até então vinha a muito tempo sendo constituída em sua maioria por uma pequena parcela de camponeses agricultores, e uma diversidade étnica, com o aumento da população negra escravizada vinda do continente africano (Assunção, 2015). Entre o século XVIII e século XIX, as “pessoas de cor” passaram a compor a maior parte da população na Capitania maranhense¹⁰: “no período da companhia foram trazidos 12.000 africanos, sendo que estes números passam para 35.000 entre 1778 e 1800, crescendo para, pelo menos, 48 mil entre 1801 e 1820” (Assunção,¹¹ 1999 *apud* Mota, 2007, p. 17). Mesmo com o incentivo da Coroa portuguesa na imigração de açorianos para se aventurarem e se tornarem proprietários de terras no Norte da Colônia, a Capitania maranhense apresentou um crescimento pífio em relação a pessoas brancas. Ao final do século XVIII, a população branca constituía somente um terço da população total do Maranhão. Antônia Mota (2007, p. 18) assinala que:

Os livros do antigo Senado da Câmara trazem inúmeras anotações como estas, e o seu número cresce sobremaneira, conforme avança o final dos setecentos. Contabilizando apenas um destes livros, o Livro de Termo de Visitas, observa-se que no período de abril de 1790 a junho de 1795, um total de 7.539 escravos entrou oficialmente no porto de São Luís.

A Capitania do Maranhão até o século XIX, obtinha em uma pequena parcela de grandes proprietários, comerciantes e fazendeiros abastados, altos funcionários da Coroa, oficiais de carreira e o clero, representando 20% (vinte por cento) da população em 1821 (Assunção, 2015). Os restantes 80% (oitenta por cento) representavam as camadas ditas “inferiores”, escravos e ex-escravos (livres), as pessoas de “cor”, camponeses, vaqueiros, artesões e trabalhadores

⁹ A taxa de moradores da capitania em 1720, era de 1.378 habitantes espalhados por todo o seu território, sendo a Capital São Luís, na ribeira do Itapecuru, do rio Mearim e nas vilas da Capitania, após as mudanças, o Maranhão obteve um crescimento populacional acelerado chegando a 47.410 habitantes em 1778 e 152.893 habitantes em 1821 (Mota, 2007).

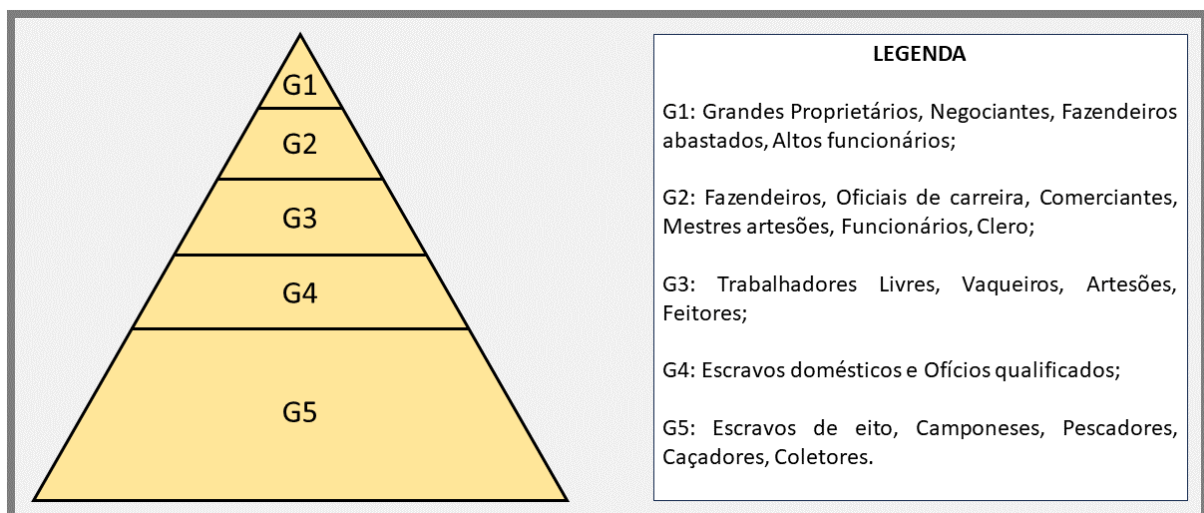
¹⁰ Essa diversidade étnica contribuiu e facilitou a miscigenada da população da província, segundo Mota (2007, p. 18) nos anos seguintes “os negros e mestiços passaram a ser a maioria da população, passando os brancos, índios a se constituírem minorias”.

¹¹ ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX. In: Revista de Políticas Públicas, v. 3, n. 1 2, p. 29-65, jan.dez. 1999. p. 30.

braçais com ou sem autonomia, caracterizados pela elite como a pobreza ou caboclos¹², que não possuíam trabalhos estáveis.

Segundo o quadro 01, o autor Assunção (2015) nos apresenta uma pirâmide hierárquica que classificavam os indivíduos em posições/grupos sociais de acordo com seu papel social desempenhado. Os dois primeiros grupos sociais situados no topo da pirâmide hierárquica (G1 e G2) classificavam-se como os indivíduos que formavam os grupos elitista do Maranhão, todos os outros grupos restantes eram definidos como as classes da pobreza (G3, G4 e G5), o terceiro e quarto grupo (G3 e G4) das camadas mais populares possuíam mais chances de ascensão social, no entanto, ter ascensão social não significava fazer parte dos grupos das elites, mas somente acesso a alguns benefícios, como terras para cultivarem.

Quadro 01: Organização social de classes na Capitania do Maranhão entre o final do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX¹³



Fonte: Marques Pinto, 2024.

Na realidade, a organização social do Maranhão, do século XVIII até século XIX, caracterizava-se pela situação econômica, condição social, linhagem e, principalmente, a etnia. Os indivíduos de “cor” sempre tendiam a possuir uma realidade mais complexa a abstrata. A

¹² A palavra caboclo era utilizada para caracterizar os camponeses: “Esse vocabulário, que originariamente designa o descendente aculturado dos indígenas, já adquiriu, desde o século XIX no Maranhão, o seu significado mais amplo de camponês.” (Assunção, 2015, p. 234). Mas posteriormente, a palavra ganhou outro significado, sendo usada para definir os atributos étnicos dos indivíduos.

¹³ O quadro 01, criado pelo autor deste artigo, foi elaborado a partir das informações presentes na obra “DE CABOCLOS A BEM-TE-VIS: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850” de Matthias Röhrig Assunção.

sociedade maranhense dividia-se de um lado: os pobres livres e escravos, em especial pessoas de “cor”, e do outro lado os grandes senhores proprietários de terras, brancos e de origem estrangeira, e principalmente patriarcas, descendentes ou apadrinhados de grandes famílias abastadas (Assunção, 2015). A posição social, descendência e etnia eram critérios para a ascensão dos indivíduos, possibilitando os mesmos de se tornarem grandes lavradores¹⁴, comerciantes ou políticos. Segundo Assunção (2015, p. 234):

Em outras palavras, se a inserção no processo produtivo e o acesso a um patrimônio dava forma a desigualdade social, não era necessariamente a situação de classe que prevalecia na formulação de hierarquias consagradas pela ideologia dominante da época.

A origem, religião, sexo, cor da pele (etnia), atributos sociais, propriedades urbanas e rurais, alfabetização, influência com os europeus – em especial os portugueses, tempo de residência na colônia, ocupação, recursos financeiros, competências e principalmente a família ou as conexões familiares, definiam a hierarquia social das elites (Assunção, 2015). A sociedade maranhense estava profundamente entrelaçada com o sistema estamental¹⁵. A situação estamental dos indivíduos definia a qual grupo pertencia, por meio dele que foi possível formar as elites do Maranhão no século XVIII, e principalmente, as extensas redes das famílias abastadas (Assunção, 2015). Desta forma, os “estrangeiros” e portugueses que começaram a residir na colônia a partir do século XVIII, por conta das oportunidades que a agroexportação proporcionavam, utilizaram do sistema estamental para construir seus grandes impérios, virarem proprietários de terras, comerciantes, fazendeiros lavradores e políticos. Do mesmo modo, a situação estamental servia para criar ou reforçar suas figuras sociais enquanto possesores de poder político, econômico, social e cultural.

Sobretudo, a situação estamental definia majoritariamente quem eram e quem não eram os “homens bons”, dignos de terem posse das grandes riquezas, propriedades, escravos e direitos políticos. Por meio do sistema estatal, criou-se e reforçou-se uma cultura social e política, a partir da classificação e do papel social dos indivíduos na Capitania maranhense desde século XVIII (Assunção, 2015). Com as grandes famílias abastadas já formadas utilizavam desse sistema para estabelecer uma ordem social hierárquica dentro da capitania.

¹⁴ Com um significado diferente dos dias atuais, a profissão de “lavrador” até o século XIX, era designada aos grandes fazendeiros e agricultores donos de vastas propriedades de terras e escravos ligados as famílias abastadas, ser um lavrador significava ser da elite agrícola (Assunção, 2015).

¹⁵ O sistema estamental é representado através do quadro 01, que definia as posições hierárquica dos indivíduos, de acordo que sua origem social, riquezas, patrimônios, entre outros (Assunção, 2015).

É pela e para a família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se e convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco, na Colônia, refere-se ao indivíduo enquanto pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consangüinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação, incluindo relações rituais. (Faria,¹⁶ 1998 *apud* Mota, 2007, p. 22).

A migração de portugueses e “estrangeiros” para a Capitania maranhense no século XVIII, deu início a criação de novos grupos na elite, como também ressignificou a esfera familiar. Sendo um meio de integrar-se a nova dinâmica da economia agroexportadora, obter acesso a riquezas e prestígios sociais, os futuros donos de terras relacionavam-se com funcionários e ex-funcionários régios da Coroa Portuguesa, assim formando suas famílias¹⁷ (Mota, 2007). Os acordos, matrimônios e apadrinhamentos tendiam a serem cautelosos, com o objetivo de alcançar os interesses em particular, visando indivíduos de estratos sociais bastante elevados, que apresentassem vantagens econômicas, sociais e políticas (Lima, 2009). A partir do século XVIII, a esfera familiar passa a representar o centro de poder social, cultural, político e econômico da Capitania Maranhense, ultrapassando as questões afetivas, e transformando-se, ao decorrer do mesmo século, em uma corporação organizada de mobilidade do poder (Lima, 2009). Desta forma, a família passou a representar um meio de ascensão social, política e econômica, no âmbito local, regional e nacional.

3. A construção dos Impérios: o processo de formação de algumas das principais famílias no século XVIII e de suas redes familiares

A integração de indivíduos através do matrimônio ou apadrinhamento serviu como o principal procedimento que garantia privilégios e fortunas. “Os patriarcas tratavam de fazer casar sua extensa prole com membros de destaque da Capitania: funcionários régios, militares de altas patentes, cirurgiões-mores, comerciantes esquecidos.” (Caires, 2012, p. 02-03). Através do sistema de matrimônios e apadrinhamento, foram criadas extensas redes de entroncamentos familiares, oportunizando a ascensão de vários indivíduos portugueses e “estrangeiros” que vinham aventurar-se na Capitania do Maranhão em busca de riquezas (Lima, 2009). Esse processo de formação de redes familiares, gerou um monopólio de poderes políticos, social e

¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em movimento. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 207.

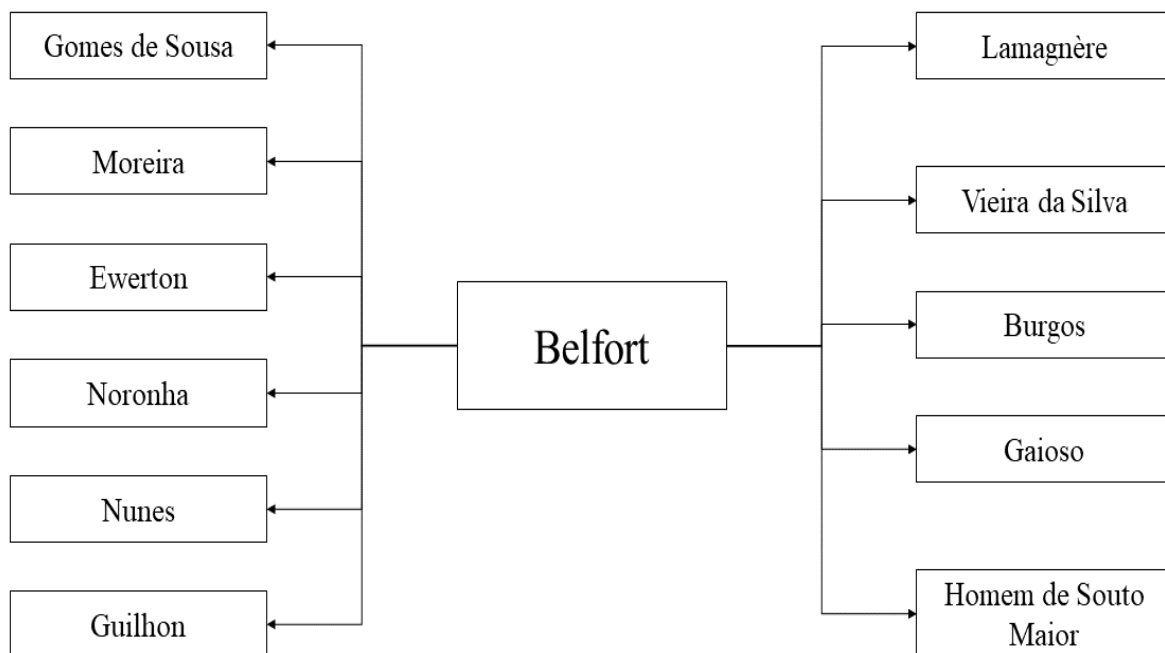
¹⁷ Segundo Mota (2007), a união de funcionários e ex-funcionários da Coroa com outros indivíduos, através de casamentos e apadrinhamentos para obter algum certo tipo de vantagem, já faziam parte dos costumes portugueses, pois método também era usado pela corte como uma forma de manter um vínculo com a Coroa portuguesa.

econômico centrados em grupos familiares. Grupos familiares como Belfort, Gomes de Sousa, Vieira da Silva, Lamagnère, Nunes, Burgos, entre outros, tiveram bastante visibilidade e grande peso em tomadas de decisões da esfera local a nacional (Lima, 2009). Assim, Mota (2009, p. 05) ressalta que:

A partir das primeiras unidades produtivas em poder destas famílias e de acordos matrimoniais com ministros do rei que iam chegando à região, foi se constituindo uma elite com a clara consciência de que sua preponderância residia no controle dos mecanismos de poder local e em sua relação próxima com a administração metropolitana.

A família Belfort tirou proveitos dos entroncamentos para construir uma das maiores redes familiares (Organograma 01), levando a obter forte influência sobre a Capitania e no poder central, utilizando-se do sistema de parentesco para obter diversas fortunas e alcançar vários cargos políticos-administrativos de alto escalão.

Organograma 01: Entroncamentos da família dos Belfort ao longo do século XVIII e XIX.¹⁸



Fonte: Marques Pinto, 2024.

¹⁸ O quadro 1, criado pelo autor desta monografia, foi elaborado a partir das informações presentes na obra “HONRADAS FAMÍLIAS: poder e política no maranhão do século XIX (1821-1823)”, de Edyene Moraes dos Santos Lima.

O patriarca da família, Lourenço Belfort, foi nobre de origem irlandesa¹⁹, que se estabeleceu no Estado Grão-Pará e Maranhão aproximadamente em 1739 (Mota, 2007). Nesse período, ele tomou proveito dos meios mais rentáveis e lucrativos que o século XVIII oferecia, como a caça e escravização indígena, fabricação de couro, cultivo para a agroexportação, cargos militares e cargos políticos como almotacel, vereador e juiz de fora interino (Mota, 2007). Foi um dos pioneiros na formação de redes familiares, casou-se duas vezes, obtendo terras e fácil acesso a riquezas.

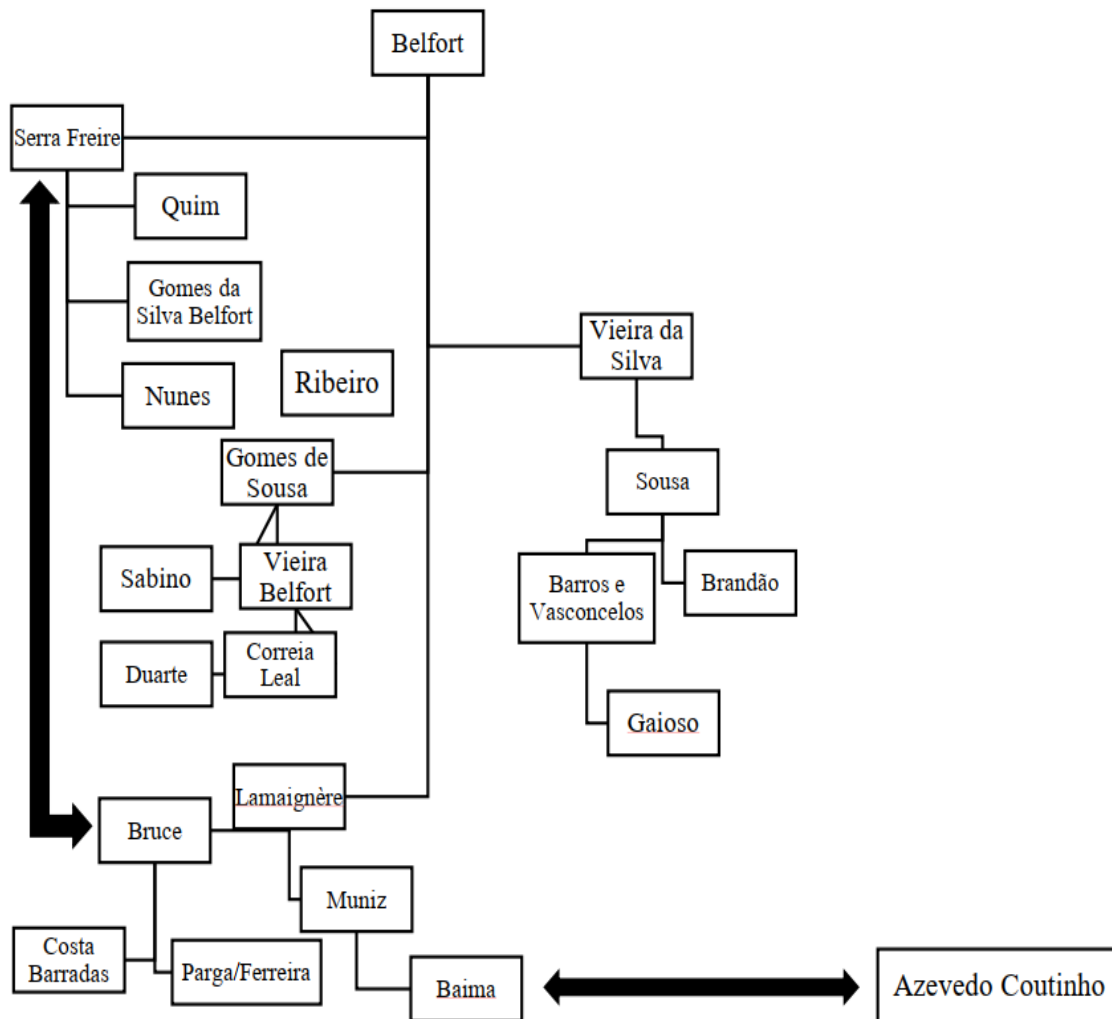
O primeiro casamento com Isabel de Andrade, filha de Guilherme Ewerton, um capitão norte-americano, Lourenço herdou todas as terras de seu sogro após o falecimento (Cirino, 2017). O segundo casamento foi com Dona Ana Tereza de Jesus, filha do capitão Felipe Marques da Silva, um ex-almoxarife da fazenda real e proprietário rural, proporcionando a Lourenço uma maior proximidade com a Coroa portuguesa e acesso às terras na região de Itapecuru (Mota, 2007; Lima, 2009). Lourenço Belfort tratou em casar suas filhas e filhos com funcionários ou ex-funcionários régios da Coroa, como também outras famílias que faziam parte das elites maranhenses. As relações de Belfort com o português Felipe Marques da Silva possibilitaram alargar seus negócios no Maranhão, do mesmo modo, ajudou a instalar-se na política local de Itapecuru, acumulando diversos cargos na administração em diferentes momentos. Segundo a autora (Mota, 2007, p. 25):

Como chefe de família, Lourenço tratou de encaminhar seus filhos na vida. Casou suas primeiras filhas com funcionários régios: Maria Madalena, em 1754, com o cirurgião-mor Joaquim da Serra Freire, e Rosa Maria com o sargento-mor de cavalaria Bernardino José Pereira de Castro. A terceira filha, Francisca Maria, também se casou com um funcionário régio, outro cirurgião-mor, Leonel Fernandes Vieira.

De acordo com a pesquisadora Antônia Mota (2007), a família Belfort uniu-se aos Gomes de Sousa, mantendo relações contínuas através do casamento entre seus filhos, com o intuito de acumular fortuna para ambos os grupos familiares. Posteriormente, os Belfort se juntaram-se aos Lamagnère, Vieira da Silva, Burgos e outros grupos familiares. Interessante notar que a região do Itapecuru e da capital São Luís, em que predominava a forte influência da família Belfort, constituía uma das maiores e mais longas redes de entroncamentos familiares, como é possível observar no Organograma 02.

¹⁹ Segundo Mota (2007) e Lima (2009), a descendência nobre de Lourenço Belfort é questionável, pelo fato que não havia registros de terras na Irlanda em seu nome. Neste caso, alguns teóricos especulam que o título de nobreza surgiu como meio de alcançar uma situação estamental da família afim de obter riquezas e privilégios.

Organograma 02: Rede de Famílias na Região de Itapecuru e São Luís.



Fonte: COUTINHO,²⁰ 2005 *apud* CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pela boa ordem da província e pela glória do Império—famílias, estratégias e suas tramas na administração Imperial do Maranhão (c. 1750 – c. 1840)*. 2019.

Outra família de destaque são os Gomes de Sousa. O sargento-mor Antônio Gomes de Sousa, patriarca da família, adquiriu vantagens através de seu matrimônio, obtendo terras e títulos, como mestre de campo pela Companhia de Infantaria Auxiliar no Itapecuru. Os Gomes de Sousa se tornaram agroexportadores, donos de grandes lavouras na região Ribeira do Itapecuru, Munim e na vila Anajatuba, através das sesmarias que a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão oportunizava (Lima, 2009). José Antônio Gomes de Sousa, filho mais velho de Antônio Gomes de Sousa, adquiriu maior parte das terras para a família,

²⁰ COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.

adentrou na política obtendo cargos de almotacel, juiz e arrecadador de dízimos do Itapecuru e Mearim (Mota, 2007). A família Gomes de Sousa relacionou-se com outros membros importantes de famílias abastardas, unindo-se com os Belfort, Vieira da Silva, Gaioso e Homem Souto-Maior.

Os Lamagnère também desfrutaram da dinâmica econômica agroexportadora através da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, conquistando diversas terras no interior da Capitania Maranhense (Mota, 2007). O francês Pierre Lamagnère, patriarca da família, se casou com Isabel Lopes de Sousa, tiveram muitos descendentes, a maioria mulheres, que conseqüentemente casaram-se com homes, também de famílias abastadas (Mota, 2007; Lima, 2009). Seu filho Pedro Miguel Lamagnère foi bastante ativo na política, chegando a cargo de almoxarife da fazenda real, que possibilitou obter oito fazendas na região ribeira do Itapecuru até a vila de Caxias das Aldeias Altas. A família foi pioneira na produção de algodão e arroz, gado, mel, melação, rapadura e cachaça.

José Vieira da Silva, Capitão da tropa do exército real português, patriarca da família Vieira da Silva, foi designado em 1760 a tomar posse como administrador da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, ficando no cargo até 1776 (Mota, 2007; Lima, 2009). Estabeleceu-se como proprietário rural na região do Itapecuru e na vila de Rosário, onde criou sua fábrica de produção de arroz, obtendo uma forte influência política. Seu filho Coronel Luís Antônio Vieira da Silva casou-se com Dona Maria Clara Gomes de Sousa, aproveitando para aumentar a fortuna e o prestígio de sua família (Lima, 2009). A pesquisadora Antônia Mota (2007, p. 30) destaca que:

Luís Antônio Vieira da Silva, graças ao patrimônio da família de sua mulher e aos serviços prestados à Coroa pelo pai “desbravador”, galgou inúmeros postos na Capitania. Senhor de terra e escravatura, chegou a cavaleiro professo da Ordem de Cristo, governador da fortaleza de Vera Cruz e capitão-mor da região do Itapecuru. Estes postos foram objetos de intensa disputa entre os que tinham pretensão de mando, sendo, contudo, necessário mostrar serviço à Coroa para obtê-los.

A união aos Gomes de Sousa proporcionou que a família Vieira da Silva conseqüentemente associasse com os Belfort. Já os Burgos, uma das principais famílias da Capitania de Pernambuco, uniu-se aos Belfort por meio do casamento de Ana Teresa de Jesus Belfort e José Félix Pereira de Burgo, que aproveitou o matrimônio para estabelecer vínculos, riquezas e prestígio social, na região de Itapecuru e Mearim (Mota, 2007).

Os casamentos e apadrinhamentos conseguiram conceber famílias abastadas, riquezas e influência local e regional tanto de forma direta como indireta. Um grupo familiar poderia se

unir com diversos outros através de um só casamento (Mota, 2007; Lima, 2009), por exemplo a família Gaioso uniu-se com os Vieira da Silva, Gomes de Sousa e os Belfort, através do matrimônio de Dona Ana Rita de Sousa e o Tenente Coronel Raimundo José de Sousa Gaioso. Essa união oportunizou que a família Gaioso virasse proprietária rural na região de Itapecuru. Como afirma Caires (2012, p. 02).

[...] trata-se de um caso onde os interesses privados de um indivíduo bem colocado socialmente são sobrepostos aos da coletividade, erigindo um *mecanismo de acumulação*, forjando um *privilégio* que deve muito ao acionamento de uma rede de relações que encontra na *família* sua raiz e sustentáculo.

As famílias utilizavam dos consórcios matrimoniais para alcançar seus interesses particulares. Esse processo fez com que o sobrenome da família se transformasse instrumento de mercado, no qual negocia-se as influências e vantagens políticas, sociais e econômicas da região onde essas famílias residiam e agiam como mandatários políticos e econômicos. Segundo Silva (2007), a concentração do poder que os grupos familiares conseguiram acumular, durante o século XVIII, ajudou a definir a cultura política e organização social de grupos elitistas, inseridos nas dinâmicas políticas do Maranhão no século XIX. Segundo Lima (2021), entre os anos de 1820 e 1840, a esfera política provincial passava por fortes instabilidades proporcionadas pelas disputas intraelite de grupos familiares proprietários rurais, principalmente nas regiões do Itapecuru e na Baixada Maranhense, onde situaram as maiores e mais influentes famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças proporcionadas pelas reformas pombalinas reorganizaram além do cenário econômico, social, político e cultural, a representação familiar como uma corporação oligárquica. A vinda de novos “estrangeiros” para o Norte da colônia brasileira, ajudou na formação de diversos grupos de famílias abastadas ligadas a funcionários, ex-funcionários ou outras famílias que já residiam na colônia, sendo assim, também formou novos grupos da elite com a origem vinda do comércio agroexportador.

Essa nova elite vinda do comércio agroexportador adquiriram grandes riquezas e fortunas, além de prestígios sociais e influência, a partir de seus consórcios familiares com indivíduos ligados a Coroa portuguesa. Os mesmos utilizavam de seus prestígios sociais como uma ferramenta para materializar e tornar legítimos seus interesses e domínios sobre outros grupos. Nas longas extensões familiares criava-se uma cadeia hierárquica de categorias e funções para cada integrante. Como forma de assegurar suas riquezas e obter mais poder

político, econômico e social, além dos consórcios matrimônios, os integrantes dessas famílias abastadas adentraram na política local, assim utilizando de suas redes familiares para si manterem por muito tempo em cargos eletivos.

De acordo com as assinaturas dos documentos, ofícios e atas, os acontecimentos políticos na administração “pública”, no âmbito local e regional do Maranhão, houve uma forte participação de indivíduos associados e/ou integrantes de famílias abastadas (Costa, 2019; Mota, 2007). Até o século XIX, a esfera familiar era o núcleo da política e economia Colonial/Imperial, que utilizava do espaço “público” como forma de manutenção e obtenção de poder e riquezas para si (Lima, 2009). As facções familiares tiveram fortemente presentes no quadro político-administrativo, e foram fundamentais para a formação de grupos políticos, pois utilizavam do sistema clientelístico, suas redes de consórcios para a criação e aumento de poder. Contudo, a formação de grupos elitistas, até o começo do século XIX, tornou possível a criação de organizações pré-partidárias que disputavam os cargos eletivos no contexto local e regional, como também ajudou a distinguir lados e problemas ideológicos bastante confusos.

Conseqüentemente, essa cultura de centralização do poder econômico, político e social nas mãos de famílias abastadas “ajudou” a construir no século XIX, um cenário político conturbado devido as disputas intraelite por favoritismo, privilégios e, principalmente, pelo poder, entre as elites maranhenses de grupos políticos ligados a essas famílias.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Rhrig. **De caboclos a Bem-te-vis – formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800-1850)**. São Paulo: Annablume, 2015.

CAIRES, Daniel Rincon. Resenha do livro "As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial". **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 12, 2012.

CIRINO, Raíssa Gabrielle Vieira. Os conselheiros do Maranhão à serviço do Império (1825-1834). **História, histórias**, v. 9, n. 18, 2021.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pela boa ordem da província e pela glória do império – famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do maranhão (c. 1750-c.1840)**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Práticas de família, estratégias de poder: os belfort e sua atuação política no brasil império (C.1740-1850). **Anais do II Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**, ISSN 2525-6742, 2017.

COSTA, YURI. Escalas de poder: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 16, n. 27, p. 141-161, 2019.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas famílias: poder e política no Maranhão do Século XIX (1821-1823)**. UFPB, JOÃO PESSOA, 2009.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Partidos políticos no Maranhão oitocentista: origens, influências familiares e composição social (1838-1855)**. UNESP, ASSIS-SP, 2021.

MOTA, Antonia da Silva. **A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão**. UFPB, Recife, 2007.

MOTA, Antonia da Silva. Famílias de elite no maranhão pombalino: tecendo redes de solidariedade e poder. **ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, 2009.

SILVA, Sandro Ribeiro Araújo da. **Disputas Privadas pela Posse da Ordem Pública no Pós-independência: a Guerra dos Três Bês no Maranhão (1824)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2007.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2011.